



MULHERES NEGRAS E SAÚDE MENTAL: DISCUTINDO RAÇA E GÊNERO NO CONTEXTO DOS CAPS EM PELOTAS

LAS MUJERES NEGRAS Y LA SALUD MENTAL: DISCUTIR LA RAZA Y EL GÉNERO EN EL CONTEXTO DE LAS GORRAS EN PELOTAS

BLACK WOMEN AND MENTAL HEALTH: DISCUSSING RACE AND GENDER IN THE CONTEXT OF CAPS IN PELOTAS

Viviane Costa RODRIGUES¹
Georgina Helena Lima NUNES²

RESUMO

Este artigo é parte de uma pesquisa de doutoramento em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Federal de Pelotas. Ao investigar de que forma o racismo institucional impacta sobre o tratamento do adoecimento mental de mulheres negras no âmbito dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) no município de Pelotas/RS, está sendo realizada uma abordagem metodológica de cunho qualitativo através de uma pesquisa participante, alinhada ao prisma de um trabalho que se projeta na ação coletiva e na dinâmica da atuação social. No qual, a pesquisadora irá propor aos/às participantes, arte-educadores/as e mulheres negras,

¹ Mestra em Educação e Tecnologia (IF SUL), Doutoranda em Educação (UFPEL) e Arte-educadora no CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) pela Prefeitura Municipal de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil, e-mail: vivianecosrodrigues@gmail.com

² Doutora em educação (UFRGS), professora associada na Faculdade de Educação (UFPEL), Líder do Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais e Educação (MovSE) e coordenadora do Observatório Interinstitucional em Ações Afirmativas, Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil, e-mail: geohelena@yahoo.com.br

respectivamente, trabalhadores/as dos serviços e usuárias/os, tonificarem um debate imperativo ante as relações sociais em que todos/as estão envolvidos. Tendo em vista, o racismo institucional praticado em serviços de saúde no âmbito do SUS estar incorporado na rotina de trabalho como uma prática respaldada por uma ideologia racista de cunho cultural e social. Interessa-nos ampliar a discussão sobre raça e gênero no contexto de saúde mental para compreender como tais categorias subalternizam as mulheres negras nesses espaços. Apesar de estarem na intersecção de múltiplas opressões, reforçamos que essas mulheres demonstram um ativismo histórico quanto à atuação social, política e intelectual moldadas por suas experiências e saberes compartilhados na coletividade, mas que não podem ser essencializados para que elas não sejam negligenciadas pela superficialidade e inferioridade, impostas pelo patriarcado. E para que possam requisitar seus direitos a partir de sua participação na formação social do Brasil é imprescindível considerá-las na sua pluralidade. Portanto, compreende-se que discutir o racismo em suas diferentes configurações, pela perspectiva de uma prática antirracista no campo da saúde, poderá produzir um amplo debate sobre as desigualdades sociorraciais também no âmbito acadêmico.

Palavras-chave: Mulheres negras; Gênero; Saúde mental; CAPS

RESUMEN

Este artículo es parte de una investigación de doctorado en Educación en el Programa de Posgrado en Educación de la Universidad Federal de Pelotas. Al investigar cómo el racismo institucional impacta el tratamiento de la enfermedad mental en mujeres negras en el ámbito de los Centros de Atención Psicosocial (CAPS) en la ciudad de Pelotas/RS, se está realizando un abordaje metodológico cualitativo a través de una investigación participativa, alineada con el prisma de un trabajo

que se proyecta en la acción colectiva y en la dinámica de la acción social. En el cual, la investigadora propondrá a las participantes, educadoras de arte y mujeres negras, respectivamente, trabajadoras de servicios y usuarias, tonificar un debate imperativo frente a las relaciones sociales en las que todos están involucrados. En vista de que el racismo institucional practicado en los servicios de salud del ámbito del SUS es incorporado a la rutina de trabajo como una práctica sostenida por una ideología racista de naturaleza cultural y social. Nos interesa ampliar la discusión sobre raza y género en el contexto de la salud mental para comprender cómo tales categorías subordinan a las mujeres negras en estos espacios. A pesar de estar en la intersección de múltiples opresiones, reforzamos que estas mujeres demuestran un activismo histórico en cuanto a acciones sociales, políticas e intelectuales moldeadas por sus experiencias y saberes compartidos en la comunidad, pero que no se puede esencializar para que no sean desatendidas por la superficialidad y inferioridad impuesta por el patriarcado. Y para que puedan reclamar sus derechos a partir de su participación en la formación social de Brasil, es fundamental considerarlos en su pluralidad. Por lo tanto, se entiende que discutir el racismo en sus diferentes configuraciones, desde la perspectiva de una práctica antirracista en el campo de la salud, puede producir un amplio debate sobre las desigualdades sociorraciales también en el ámbito académico.

Palabras clave: Mujeres negras; Género; Salud mental; CAPS

ABSTRACT

This article is part of a doctoral research in Education in the Graduate Program in Education at the Federal University of Pelotas. By investigating how institutional racism impacts the treatment of mental illness in black women within the scope of Psychosocial Care Centers (CAPS) in the city of Pelotas/RS, a qualitative methodological approach is being carried out through

participatory research, aligned with the prism of a work that is projected in collective action and in the dynamics of social action. In which, the researcher will propose to the participants, art educators and black women, respectively, service workers and users, to tone up an imperative debate in the face of social relations in which everyone is involved. In view of the fact that institutional racism practiced in health services within the scope of the SUS is incorporated into the work routine as a practice supported by a racist ideology of a cultural and social nature. We are interested in expanding the discussion on race and gender in the context of mental health to understand how such categories subordinate black women in these spaces. Despite being at the intersection of multiple oppressions, we reinforce that these women demonstrate a historical activism regarding social, political and intellectual actions shaped by their experiences and shared knowledge in the community, but that cannot be essentialized so that they are not neglected by superficiality and inferiority imposed by patriarchy. And so that they can claim their rights from their participation in the social formation of Brazil, it is essential to consider them in their plurality. Therefore, it is understood that discussing racism in its different configurations, from the perspective of an anti-racist practice in the field of health, can produce a broad debate on socio-racial inequalities also in the academic sphere.

Keywords: Black women; Gender; Mental health; CAPS

1. Vivências negras... quando um movimento acontece!

A pesquisa aqui apresentada teve seu início a partir das experiências de trabalho no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) na cidade de Pelotas/RS, que desde 2017 é também ambiente de trabalho da pesquisadora na função de arte-educadora. Ao analisar as rotinas de trabalho nas quais estava envolvida, reconheceu que grande parte dos colegas profissionais do CAPS não se responsabilizava pelo preenchimento adequado do campo raça/cor nos registros de atendimentos. Além disso, enquanto

trabalhadores da saúde, eles desconheciam a existência da Portaria nº 344/2017 assim como da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra,³ enquanto instrumentos obrigatórios na promoção ao combate do racismo institucional⁴.

A própria pesquisadora, por vezes, se percebeu condicionada às rotinas em que o racismo institucionalizado estava posto. Ainda que intencionasse estabelecer o debate junto aos setores e colegas, ficou evidente a percepção de que havia um desconforto em propor tal tarefa.

Nesta dimensão, para investigar o adoecimento mental de mulheres negras e o racismo institucionalizado nos serviços de saúde será preciso uma revisão histórica que trate de compreender esse fenômeno em diversas estruturas da sociedade e como a sua continuidade fez modificar suas configurações, mas não sua perversidade⁵.

É preciso lembrar, que o pós-abolição no Brasil somente significou uma nova arquitetura de desigualdades sociais para o negro porque o racismo sofisticou-se por meio da ciência como ideologia de subalternidade da raça⁶ e com grandes pretensões no advento da Revolução Industrial. Importou-se assim, ideários raciais de países da Europa e Estados Unidos, apoiando-se em teorias eugenistas e medidas políticas que notoriamente mantinham o escopo do racismo: a inferioridade negra.

Para Guimarães,⁷ teorias biologizantes de raça no Brasil tomaram um corpo político próprio, elaboradas por intelectuais e uma elite que desejava estimular o processo de

³ BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. *Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS* – 3. ed., 3. reimpr. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2017.

⁴ Ver WERNECK, Jurema. Racismo institucional e saúde da população negra. *Saúde Soc.* São Paulo, v.25, n.3, p.535-549, 2016; LÓPEZ, L.C. The concept of institutional racism: applications within the healthcare field. *Interface - Comunic., Saude, Educ.*, v.16, n.40, p.121-34, jan./mar. 2012.

⁵ AZEVEDO, Célia M. M. de. *Onda Negra, Medo Branco: O Negro no Imaginário das Elites – Século XIX*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. 267 p.

⁶ Para compreender as teorizações sobre o racismo científico, destacamos alguns autores como: GUIMARÃES, Antônio S. Raça, cor, cor da pele e etnia. *Cadernos De Campo* n. 20, p. 265-271. São Paulo, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v20i20p265-271>. Acesso em: 02 jan. 2020; HASENBALG, Carlos A. *A discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Tradução de Patrick Beurglion. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979; MUNANGA, Kabengele. *O negro na sociedade brasileira: resistência, participação e contribuição*. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2004.

⁷ GUIMARÃES, Antônio S. Raça, cor, cor da pele e etnia. *Cadernos De Campo* n. 20, p. 265-271. São Paulo, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v20i20p265-271>. Acesso em: 02 jan. 2020.

branqueamento com a entrada de imigrantes no País. Como afirma ainda Hasenbalg⁸, seguindo a lógica do industrialismo, certas características individuais como raça, etnicidade e sexo tenderam a ser menos relevantes como estrutura das relações sociais, entretanto, a questão racial e o racismo permaneceram assegurando a estabilidade política do empreendimento capitalista ao manter as minorias raciais na base da pirâmide social.

Lélia Gonzales⁹ reforça que o intuito em manter os mecanismos de opressão econômica foi uma estratégia do imperialismo patriarcal. Dessa maneira, os negros teriam de conformar-se à ideia de que a luta de classes seria a única propulsora das desigualdades na sociedade brasileira, fato que, segundo a autora, impediu por um longo tempo que a questão racial fosse problematizada. Nessa lógica, anunciava-se uma falsa ideia de igualdade de direitos entre negros e brancos, a qual teria concebido ainda o mito da democracia racial presente nos dias atuais.

A ideia de uma democracia das raças foi, desde sempre, uma estratégia de falsear a estrutura sociorracial desigual que precisava ser mantida para o bem dos privilégios da classe dominante, em sua maioria branca. A partir de uma política imigratória como instrumento de embranquecer o país “[...] de forma a limitar de qualquer maneira o crescimento da população negra”.¹⁰

A política que facilitou a vinda de imigrantes europeus ao país, os quais se estabeleceram principalmente na região Sul, basea-se na mestiçagem como cruzamento das raças e, conseqüentemente, no desaparecimento dos traços africanos na sociedade. Em Pelotas (RS), tal cenário se solidificou num exercício ferrenho de marginalização dos negros logo após a abolição, sem direito à terra nem a trabalho, permanecendo relegados às zonas periféricas da cidade. Devemos destacar ainda, que o protagonismo do negro na construção de uma identidade pelotense tem sido marcado e constantemente alijados da pretensa formação cultural e social, falsamente baseada na origem portuguesa.

⁸ HASENBALG, Carlos A. *A discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Tradução de Patrick Beurglion. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

⁹ GONZALES, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. In: Madel Luz (org.) *O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual*. Rio de Janeiro, Graal, 1982.

¹⁰ NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. 3ª ed. – São Paulo: Perspectivas, 2016. p. 85.

Com uma população estimada em 342.405 habitantes, Pelotas apresentava, até o último Censo demográfico¹¹ um percentual de 80,3% pessoas autodeclaradas brancas, enquanto apenas 10,7% se autodeclararam pretas e 8,6% pardas. A população que se autodeclarava amarela e indígena correspondia a 1.535 pessoas, isto é, apenas 0,4% do total. Esses dados evidenciam como a população de uma cidade, forjada pela escravidão, ainda tem como referência de pertencimento uma herança não negra.

Guerreiro Ramos,¹² no estudo das relações raciais no Brasil, afirma que o negro brasileiro pode “branquear-se” à medida que se eleva economicamente e adquire os estilos comportamentais da elite, justamente porque teve sua subjetividade deformada pela alienação escravocrata. O racismo funciona, assim, como uma estratégia simbólica, pois é quando se verifica a conduta de uma branquitude¹³ como condição de privilégio, de negação, num lugar social marcado pelo silenciamento ante as práticas racistas cotidianas e pela absorvência de uma ideologia que insiste na inferioridade e subalternidade da população negra.

A objetificação de negros e negras permaneceu no imaginário social, ou seja, ainda que tenham a possibilidade de transformação social, tal grupo permanece submetido à hierarquização racial. Trata-se de um fato que se evidencia na sociedade pelas diferenças abissais entre brancos e negros, por exemplo, nas estruturas de trabalho, diferenças salariais e na violência praticada contra essa população principalmente nos direitos básicos suprimidos em educação e saúde.

Silvio Almeida¹⁴ afirma que o racismo é um processo histórico organizado em práticas políticas, econômicas e jurídicas, por isso, é concebido como estrutural. Contudo, a ênfase na análise estrutural não exclui outras duas instâncias em que o racismo

¹¹ IBGE, 2011, CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Rio de Janeiro: Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/resultados_do_universo.pdf. Acesso em: mar. 2019.

¹² Ver RAMOS, Guerreiro. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1995.

¹³ Para aprofundar a discussão sobre o conceito de “branquitude” ver: BENTO, Maria A. S. & CARONE, Iracy (Orgs.). *Psicologia social do racismo: estudo sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2003; SCHUCMAN, Lia V. *Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana*. São Paulo, 2012. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Social) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

¹⁴ ALMEIDA, Silvio L. de. *O que é racismo estrutural*. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

acontece: o institucional e o individual. Ambas as formas estão incorporadas no cotidiano das relações em sociedade. O racismo institucional está presente nas relações de poder no interior das práticas institucionais, enquanto o individual se manifesta de maneira direta na relação interpessoal. Entretanto, a superficialidade da concepção individualista baseada nas noções de intencionalidade e arbitrariedade, tende a um entendimento de que se trata de uma forma de “preconceito”, sem efetivamente assumir a existência do racismo estruturado nessas relações.

Dessa forma, interessa-nos aqui discutir como o racismo institucional impacta na saúde da população negra, especialmente das mulheres negras, porque os espaços institucionais podem ser pensados como práticas políticas e de interação que visam a manutenção de certa lógica social, como aparelhos ideológicos sintetizadores e reprodutores de tais práticas. O racismo institucional, também conhecido como racismo sistêmico foi conceituado por ativistas negros estadunidenses¹⁵ e manifesta-se quando perpassam ideologias científicas, culturais pelas organizações públicas ou privadas. Na reafirmação ou potencialização de práticas excludentes e discriminatórias.

Jurema Werneck¹⁶ acrescenta que o racismo institucional se desloca do âmbito individual e se insere na estrutura valendo-se de políticas institucionais através de normas, ações e efeitos que produzem ou conservam a vulnerabilidade de indivíduos e grupos sociais vitimados pelo racismo.

Alguns desses efeitos localizam-se nas rotinas de trabalho de instituições públicas ou privadas, por meio de procedimentos e ações interpessoais, além de discursos que negligenciam ou impedem o direito à educação, à saúde, à moradia e outras demandas específicas dos grupos minoritários. Outro efeito dessa ideologia institucional é também alimentar-se de privilégios e estereótipos patriarcais que incidem em prejuízos às mulheres através de um sexismo institucional.¹⁷

¹⁵ CARMICHAEL, Stokely; HAMILTON, Charles V. *Black power: the politics of liberation in America*. Nova Iorque: Vintage, 1967.

¹⁶ WERNECK, Jurema. Racismo institucional e saúde da população negra. *Saúde Soc.* São Paulo, v.25, n.3, p.535-549, 2016.

¹⁷ Sobre sexismo institucional, ver: WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. In: WERNECK, J. (org.). *Mulheres negras: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Criola, 2009. p. 5-23; PRESTES, Clélia R. dos S. *Estratégias de promoção da saúde de mulheres negras: interseccionalidade e bem viver*. 2018. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - 2018. doi:10.11606/T.47.2018.tde-14112018-184832.

Deve-se, portanto, compreender que independentemente da posição social que mulheres negras ocupam, as interseccionalidades de raça, classe e gênero¹⁸ já estão colocadas, visto que o racismo vai marcá-las tanto pela persistência de estereótipos e exploração econômica¹⁹ quanto pela refutação do protagonismo nos diversos setores da sociedade.

2. Sobre os fazeres metodológicos

A pesquisa participante²⁰ escolhida como metodologia, alinhou-se ao prisma de um trabalho em movimento que se projetava na ação coletiva e na dinâmica da atuação social, conectada com dinâmicas de trabalho já constituídas por algum tipo de interação. Em que pese esse modelo de estudo ter recebido diferentes nomes: “autodiagnóstico”, “pesquisa ação”, “pesquisa participativa”, “investigação ação participativa”, de modo geral, a pesquisa participante tem sido utilizada com maior frequência e pode “[...] ser concebida como um instrumento, um método de ação científica ou um momento de um trabalho popular de dimensão pedagógica e política”.²¹ A escolha pela pesquisa participante se deve também a atividade exercida pela pesquisadora, com os elementos atribuídos pela dinâmica de interação já existente, processual e que tem sido acompanhada ao longo do tempo pelo trabalho desenvolvido no CAPS Porto, lotação de trabalho da mesma. Na função de técnica em artes ou arte-educadora, são exercidas atividades artísticas e culturais na

¹⁸ CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p.171-188, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2019; DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*; tradução Heci Regina Candiani. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016; GONZALES, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

¹⁹ Sobre este assunto, destacamos: GONZALES, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. In: Madel Luz (org.) *O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual*. Rio de Janeiro, Graal, 1982. HASENBALG, Carlos A. *A discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Tradução de Patrick Beurglion. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979; CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

²⁰ Ver BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A pergunta a várias mãos. Experiência da pesquisa no trabalho do educador*. São Paulo. Cortez Editora, 2003; BRANDÃO, Carlos; CORREA BORGES, M. A pesquisa participante: um momento da educação popular. *Revista de Educação Popular*, v. 6, n. 1, 25 set. 2008.

²¹ BRANDÃO; CORREA BORGES, 2003, p. 53.

proposição de tratamento multiprofissional²² conforme a Lei 10.216/2001 conhecida como Lei da Reforma Psiquiátrica no Brasil. Tendo em vista uma proposta psicossocial a partir de práticas educativas, promove-se oficinas e grupos terapêuticos que preconizam a promoção da autonomia, socialização e reinserção social dos usuários em atendimento.

Desse modo, desde o início do trabalho na saúde mental, passou-se a refletir sobre as condições de vida de mulheres negras adoecidas mentalmente, pois havia uma rotina semanal de encontros com usuárias/os e familiares em que se realizavam debates e atividades práticas em arte. Portanto, já potencializavam uma reflexão sobre a realidade e sobre como os participantes lidavam com o adoecimento.

Essa investigação tem, em vista disso, o desejo de problematizar o racismo e a saúde mental de mulheres negras em atendimento nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) na cidade de Pelotas/RS, por considerar que os serviços estão à margem da discussão sobre raça e gênero. E, principalmente, por compreender que os agravos em saúde da população negra também são determinados pelo racismo como potencializador de sofrimento psíquico.²³

Neste momento, a pesquisa encontra-se na etapa de análise de dados após realizar entrevistas pré-estruturadas com arte-educadores/as e mulheres negras escolhidos/as previamente com apoio das coordenações dos serviços. Para além disso, o exercício de investigação permanece atrelado à rotina de trabalho desenvolvida também em atendimentos individuais e ações extra CAPS.²⁴ Propondo

²² BRASIL. Ministério da Saúde. Lei n.º 10216, de 06 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Brasília, 2001.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm. Acesso em: 14 fev. 2018.

²³ SOUZA, Neusa S. *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983;

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008; PASSOS, Raquel Gouveia. "Holocausto ou Navio Negroiro?": inquietações para a Reforma Psiquiátrica brasileira / Holocaust or "The Ship Negroiro?": concerns for the Brazilian Psychiatric Reform. *Argumentum*, 10(3), 10-23, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.18315/argumentum.v10i3.21483>. Acesso em: 18 ago. 2020.

²⁴ As ações internas e externas desenvolvidas pela pesquisadora têm como escopo articular arte-educação ao trabalho terapêutico, a partir da problematização das questões socioculturais que envolvem usuárias/as do CAPS. Especialmente, ao propor que as atividades artísticas e culturais possam promover a ressocialização, interação com a comunidade no debate sobre questões

aos participantes tonificarem um debate imperativo ante as relações sociais em que todos/as estão envolvidos/as.

Na perspectiva de uma construção metodológica, espera-se também articular diferentes epistemologias, linguagens artísticas e escritas literárias de mulheres negras brasileiras,²⁵ seguindo o entendimento de que essas linguagens estão intimamente ligadas à formação acadêmica da pesquisadora, tanto quanto à constituição subjetiva e política, bem como no diálogo que aproxima as mulheres a serem investigadas. Ao compreender que elas apresentam diferentes experiências, marcadas pelas vivências de corpos racializados e generalizados em sociedades que se atrelam à estrutura capitalista, enfim, interseccionadas por um conjunto de opressões não exatamente percebidas por elas.

emergentes trazidas para o contexto de saúde mental, entre elas, as relações étnico-raciais e Luta Antimanicomial.

²⁵ Ver GONZALES, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. In: Madel Luz (org.) *O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual*. Rio de Janeiro, Graal, 1982;

LOPES, Fernanda. Experiências desiguais ao nascer, viver, adoecer e morrer: tópicos em saúde da população negra no Brasil. Brasil. Fundação Nacional de Saúde. In: *Fundação Nacional de Saúde. Saúde da população negra no Brasil: contribuições para a promoção da equidade* / Fundação Nacional de Saúde. - Brasília: Funasa, 2005;

LOPES, F.; WERNECK, J. Saúde da população negra: da conceituação às políticas públicas de direito. In: WERNECK, J. (org.). *Mulheres negras: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Criola, 2009. p. 5-23. Disponível em: https://criola.org.br/wpcontent/uploads/2017/10/livro_mulheresnegras_1_.pdf. Acesso em: 06 jan. 2019;

PAULINO, Rosana. *Imagens de sombras*. 2011. 98 f. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicações e Artes, USP, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27159/tde-05072011-125442/publico/tese.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2019;

NUNES, Georgina Helena Lima. Ser mulher, sul mulher: “a gente tem que sempre fazer vento”. In: SILVA, Joselina; PEREIRA, Amauri M. (Org.). *O Movimento de Mulheres negras: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil*. Belo Horizonte: Nandyala, 2014;

EVARISTO, Conceição. *Olhos d’água*. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016;

WERNECK, Jurema. Racismo institucional e saúde da população negra. *Saúde Soc.* São Paulo, v.25; PASSOS, Rachel Gouveia. “De escravas a cuidadoras”: invisibilidade e subalternidade das mulheres negras na política de saúde mental brasileira. *O Social em Questão - Ano XX - nº 38 / 2017*. Disponível em: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_38_art_4_Passos.pdf. Acesso em: 10 ago. 2020;

PASSOS, Raquel Gouveia. “Holocausto ou Navio Negroiro?”: inquietações para a Reforma Psiquiátrica brasileira / Holocaust or “The Ship Negroiro?”: concerns for the Brazilian Psychiatric Reform. *Argumentum*, 10(3), 10-23, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.18315/argumentum.v10i3.21483>. Acesso em: 18 ago. 2020.

3. Apontamentos e resultados preliminares

É preciso considerar que os aspectos preliminares da coleta de dados, através das entrevistas com profissionais arte-educadores, resultaram em desconhecimento sobre a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) e sobre a Portaria nº 344/2017, sequer mencionadas. Para além disso, a dimensão da pesquisa participante que envolve todos/as envolvidos/as tem confirmado alguns pressupostos levantados sobre o racismo institucionalizado no contexto dos CAPS e suas rotinas de atendimento. Ao demonstrar que ao longo da trajetória iniciada em 2017, em uma análise do plano de ação municipal e acompanhamento de agenda,²⁶ não houve um trabalho voltado para esse debate enquanto responsabilidade da gestão municipal e secretaria de saúde. Tampouco, foi observado que os trabalhadores dos serviços investigados estivessem preocupados com tal dimensão nas suas dinâmicas de atendimento.

Desta maneira, embora se possa atestar um progresso, os estudos sobre relações étnico-raciais no Brasil carecem ainda de aprofundamento em pesquisas acadêmicas no campo de saúde, em especial voltadas à investigação sobre mulheres negras e saúde mental. Sobretudo, estudos que adotem abordagens qualitativas e quanti qualitativas associadas aos

“[...] eixos estruturantes que funcionam de forma articulada, racismo, sexismo e condições socioeconômicas e culturais”.²⁷

Conforme Werneck, essa insuficiente literatura está relacionada

“[...] ao baixo grau de penetração nas instituições de pesquisa dos debates sobre o racismo, seus impactos na saúde e suas formas de enfrentamento”.²⁸

De acordo com Gonçalves, Queiroz e Delgado,²⁹ a exposição frequente à violência mostra efeitos psicológicos sobre a população, influencia no processo de saúde ou adoecimento, especialmente de grupos periféricos. Nesse contexto, mulheres, jovens

²⁶ Ao longo do processo de investigação iniciado em 2019, junto ao ingresso no doutorado em Educação, tem-se acompanhado as ações desenvolvidas pela secretaria de saúde do município e setor de saúde mental que possam estar articuladas ao debate sobre o racismo.

²⁷ GOES; NASCIMENTO, 2013, p. 572.

²⁸ WERNECK, 2016, p. 536.

²⁹ GONÇALVES, Hérica C. B.; QUEIROZ, Marcello R. de; DELGADO, Pedro G. G. Violência urbana e saúde mental: de uma nova agenda? *Fractal, Rev. Psicol.* [online]. 2017, vol.29, n.1, pp.17-23. ISSN 1984-0292. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v29i1/1256>. Acesso em: 26 mar. 2020.

e crianças negras são mais prejudicados, pelos índices alarmantes de homicídio com agravos clínico-situacionais da violência urbana. Por este ângulo, podemos incluir as

“[...] vulnerabilidades específicas dos portadores de transtornos mentais graves (esquizofrenia e outros quadros psicóticos) onde a exposição a confrontos e à rotina de ameaças agravam significativamente seus quadros clínicos”.³⁰

Levando-se em consideração o forte impacto do racismo na saúde mental, reiteramos que o descarte de vidas negras não pode mais ser naturalizado. Por isso mesmo, tonificar a questão racial e de gênero passa intrinsecamente pela emergência de um debate sobre a ordem socioeconômica e política. Porque o impacto diferenciado da Covid-19 apenas evidenciou que as iniquidades em saúde como devastadoras para a população negra³¹, porquanto elas ainda operam na arquitetura de um racismo estrutural perversamente reeditado na pandemia.

4. Insubmissões negras e considerações finais

Ao falarmos em sofrimento psíquico,³² para esse grupo, deve-se perceber o quão próximas estão as narrativas de vulnerabilidade social e violência reforçam o entrecruzamento das múltiplas opressões vividas historicamente. Pois, sempre que se discute a subalternidade da mulher negra na história brasileira, tão necessária ao debate racial, percebe-se a cooptação de suas lutas pela mercantilização, pelo capitalismo midiático e pela estratégia em manter o *status quo* na subordinação de mulheres negras e seus direitos. É então que o sofrimento psíquico gerado na

³⁰ GONÇALVES; QUEIROZ; DELGADO, 2017, p. 19.

³¹ GOES, Emanuelle F.; RAMOS, Dandara de O.; FERREIRA Andréia J. F. Desigualdades raciais em saúde e a pandemia da Covid-19. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, 2020.

³² Alguns autores trazem como sinônimos o adoecimento mental e o “sofrimento psíquico”. Sugerimos ver: SOUZA, Neusa S. *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

PASSOS, Rachel G.; MOREIRA, Tales W. F. Reforma Psiquiátrica brasileira e Questão Racial: contribuições marxianas para a Luta Antimanicomial. *SER Social*, Brasília, v. 19, n. 41, p. 336-354, jul.-dez./2017. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14943/13262. Acesso em: 10 ago. 2020.

experiência cotidiana de discriminação, violências e microagressões³³ determina um doloroso processo de alteração da subjetividade para esse grupo.

Nesta perspectiva, espera-se que as discussões levantadas pela pesquisa possam promover não apenas o debate sobre o racismo institucional no contexto da saúde mental. Mas possibilitar que uma prática antirracista produza uma ampla discussão sobre as desigualdades sociorraciais também no âmbito acadêmico. Uma vez que a falta de debate sobre o racismo e também das questões de gênero incidem em diferentes instâncias da sociedade.

Em síntese, o racismo se atualiza para moldar sujeitos e instituições. A exemplo dos CAPS, cujos/as profissionais que reproduzem a lógica pretensamente desracializada e, portanto, aquém das questões que tangem especificamente alguns grupos sociais como mulheres negras. Deste modo, os discursos hegemônicos em relação à saúde coletiva e à saúde mental permanecem circunscritos a certos recortes ou ações pontuais que não incorporam agenda política ou grade curricular comprometida com uma transformação social.

Por conseguinte, uma descolonização do pensamento³⁴ requer que problematizemos os diferentes espaços, acadêmicos ou não, que se inscrevem como reprodutores de um saber hegemônico. Os quais trabalham por outras realidades e que muitas vezes não alcançam pessoas negras, em suas pluralidades e especificidades.

E, apesar de estarem na intersecção de múltiplas opressões, mulheres negras demonstram um ativismo histórico quanto à atuação social, política e produção intelectual moldadas por suas experiências cotidianas e saberes compartilhados na coletividade.³⁵ Porquanto, elas

³³ Ver TAVARES, Jeane S. C.; KURATANI, Sayuri M. de A. Manejo Clínico das Repercussões do Racismo entre Mulheres que se “Tornaram Negras”. *Psicol. cienc.*, Brasília, 2019. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141498932019000100118&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 02 nov. 2020.

³⁴ FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Juiz de Fora: UFJF, 2005;

KILOMBA, Grada. *Descolonizando o conhecimento: uma palestra-performance de Grada Kilomba*. 2016. Tradução: Jéssica Oliveira. Disponível em: <http://www.goethe.de/mmo/priv/15259710-STANDARD.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2019.

³⁵ Ver COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Trad. Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019, 493p;

GILROY, Paul. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. Paul Gilroy; tradução de Cid Knipel Moreira. - São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001. p. 432.

“[...] representam a própria roda da criação e da vida, ligadas à geração e manutenção de saberes e conhecimentos ancestrais que ajudaram a forjar a identidade de um grupo étnico e que legaram importantes contribuições à cultura brasileira”.³⁶

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Silvio L. de. **O que é racismo estrutural**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

AZEVEDO, Célia M. M. de. **Onda Negra, Medo Branco: O Negro no Imaginário das Elites – Século XIX**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. 267 p.

BENTO, Maria A. S. & CARONE, Iracy (Orgs.). **Psicologia social do racismo: estudo sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2003.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A pergunta a várias mãos. Experiência da pesquisa no trabalho do educador**. São Paulo. Cortez Editora, 2003.

BRANDÃO, Carlos; CORREA BORGES, M. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Revista de Educação Popular**, v. 6, n. 1, 25 set. 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Lei n.º 10216, de 06 de abril de 2001**. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Brasília, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm. Acesso em: 14 fev. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS – 3. ed., 3. reimpr.** – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2017.

CARMICHAEL, Stokely; HAMILTON, Charles V. Black. **Power: the politics of liberation in America**. Nova Iorque: Vintage, 1967.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Trad. Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019, 493p.

³⁶ PAULINO, 2011, p. 83.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas, Florianópolis**, v. 10, n. 1, p.171-188, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2019.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**; tradução Heci Regina Candiani. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

GILROY, Paul. **O Atlântico negro: modernidade e dupla consciencia**. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001. p. 432.

GOES, Emanuelle F.; NASCIMENTO, Enilda R. do. Mulheres negras e brancas e os níveis de acesso aos serviços preventivos de saúde: uma análise sobre as desigualdades. **Saúde Debate**, v. 37, n. 99, p. 571-579, 2013.

GOES, Emanuelle F.; RAMOS, Dandara de O.; FERREIRA Andréia J. F. **Desigualdades raciais em saúde e a pandemia da Covid-19**. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, 2020.

GOMES, Nilma L. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GONÇALVES, Hérica C. B.; QUEIROZ, Marcello R. de; DELGADO, Pedro G. G. **Violência urbana e saúde mental: de uma nova agenda?** Fractal, Rev. Psicol. [online]. 2017, vol.29, n.1, pp.17-23. ISSN 1984-0292. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v29i1/1256>. Acesso em: 26 mar. 2020.

GONZALES, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GONZALES, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. In: Madel Luz (org.) **O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual**. Rio de Janeiro, Graal, 1982.

GUIMARÃES, Antônio S. Raça, cor, cor da pele e etnia. **Cadernos de Campo** n. 20, p. 265-271. São Paulo, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v20i20p265-271>. Acesso em: 02 jan. 2020.

HASENBALG, Carlos A. **A discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Tradução de Patrick Beurglion. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

IBGE, 2011, **CENSO DEMOGRÁFICO 2010**. Rio de Janeiro: Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/resultados_do_universo.pdf. Acesso em: mar. 2019.

KILOMBA, Grada. **Descolonizando o conhecimento: uma palestra-performance de Grada Kilomba**. 2016. Tradução: Jéssica Oliveira. Disponível em: <http://www.goethe.de/mmo/priv/15259710-STANDARD.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2019.

LOPES, Fernanda. Experiências desiguais ao nascer, viver, adoecer e morrer: tópicos em saúde da população negra no Brasil. Brasil. In: Fundação Nacional de Saúde. **Fundação Nacional de Saúde. Saúde da população negra no Brasil: contribuições para a promoção da equidade / Fundação Nacional de Saúde**. - Brasília: Funasa, 2005.

LÓPEZ, L.C. The concept of institutional racism: applications within the healthcare field. **Interface** - Comunic., Saúde, Educ., v.16, n.40, p.121-34, jan./mar. 2012.

LOPES, F.; WERNECK, J. Saúde da população negra: da conceituação às políticas públicas de direito. In: WERNECK, J. (org.). **Mulheres negras: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Criola, 2009. p. 5-23. Disponível em: https://criola.org.br/wpcontent/uploads/2017/10/livro_mulheresnegras_1.pdf. Acesso em: 06 jan. 2019.

MUNANGA, Kabengele. **O negro na sociedade brasileira: resistência, participação e contribuição**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2004.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 3ª ed. – São Paulo: Perspectivas, 2016.

NUNES, Georgina H. L. Ser mulher, sul mulher: “a gente tem que sempre fazer vento”. In: SILVA, Joselina; PEREIRA, Amauri M. (Org.). **O Movimento de Mulheres negras: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil**. Belo Horizonte: Nandyala, 2014.

PASSOS, Rachel G.; MOREIRA, Tales W. F. Reforma Psiquiátrica brasileira e Questão Racial: contribuições marxianas para a Luta Antimanicomial. **SER Social**, Brasília, v. 19, n. 41, p. 336-354, jul.-dez./2017. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14943/13262. Acesso em: 10 ago. 2020.

PASSOS, Rachel G. “De escravas a cuidadoras”: invisibilidade e subalternidade das mulheres negras na política de saúde mental brasileira. **O Social em Questão**. Ano XX - nº 38 / 2017. Disponível em: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_38_art_4_Passos.pdf. Acesso em: 10 ago. 2020.

PASSOS, Rachel G. “Holocausto ou Navio Negreiro?": inquietações para a Reforma Psiquiátrica brasileira / Holocaust or “The Ship Negreiro?": concerns for the Brazilian Psychiatric Reform. **Argumentum**, 10(3), 10-23, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.18315/argumentum.v10i3.21483>. Acesso em: 18 ago. 2020.

PAULINO, Rosana. **Imagens de sombras**. 2011. 98 f. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicações e Artes, USP, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27159/tde-05072011-125442/publico/tese.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2019.

PRESTES, Clélia R. dos S. **Estratégias de promoção da saúde de mulheres negras: interseccionalidade e bem viver**. 2018. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - 2018. doi:10.11606/T.47.2018.tde-14112018-184832.

RAMOS, Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora da Uerj, 1995.

SOUZA, Neusa S. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

SCHUCMAN, Lia V. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana**. São Paulo, 2012. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Social) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

TAVARES, Jeane S. C.; KURATANI, Sayuri M. de A. **Manejo Clínico das Repercussões do Racismo entre Mulheres que se “Tornaram Negras”**. *Psicol. cienc. Prof.*, Brasília, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932019000100118&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 02 nov. 2020.

WERNECK, Jurema. **Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo.** In: WERNECK, J. (org.). Mulheres negras: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Criola, 2009. p. 5-23. Disponível em: [http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/886/81.pdf?sequence=1 &isAllowed=y](http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/886/81.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 13 jun. 2019.

WERNECK, Jurema. **Racismo institucional e saúde da população negra.** Saúde Soc. São Paulo, v.25, n.3, p.535-549, 2016.